

Termo de Referência 38/2023

Informações Básicas

Número do TR	UASG	Editado por	Atualizado em
38/2023	682010-AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS	CAROLINA BATISTA PAZ	16/08/2023 16:39 (v 4.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados;		50300.010682/2023-57

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021).

- Contratação da **Empresa Minha Biblioteca LTDA** para **concessão de 400 licenças para acesso on-line à Plataforma Minha Biblioteca**, com acesso on-line para consulta e leitura dos livros constantes do catálogo dos grupos editoriais participantes, pelo período de 12 (doze) meses, por inexigibilidade de licitação, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
- A contratação será realizada por meio de 4 catálogos, quais sejam:
 - 2.1. MB EXATAS;
 - 2.2. MB JURÍDICA;
 - 2.3. MB LETRAS E ARTES; e
 - 2.4. MB SOCIAIS APLICADAS.
- A plataforma deve permitir a leitura e a consulta dos livros constantes do catálogo das editoras participantes da Minha Biblioteca, em formato eletrônico.
- A forma de acesso à plataforma deverá ocorrer mediante *login* e senha, por meio de navegadores da internet e/ou dispositivos móveis, como *tablets* e celulares.
- A plataforma deverá incluir todos os lançamentos e atualizações dos livros incorporados ao Minha Biblioteca, durante o período da assinatura.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	QUANTIDADE	VALOR TOTAL ANUAL
1	Contratação da Plataforma Online Minha Biblioteca Catálogos: - MB EXATAS - MB JURÍDICA	16926	400 licenças	R\$ 153.120,00

	- MB LETRAS E ARTES			
	- MB SOCIAIS APLICADAS			
2	Taxa Única de Setup			R\$ 3.900,00
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO				R\$ 157.020,00
<p><i>A Taxa Única de Setup é cobrada somente no 1º ano de contrato, e refere-se ao processo de desenvolvimento do ambiente de produção para o acesso dos usuários e configuração do sistema de gerenciamento de usuários, bem como providenciar o portal para emissão de relatórios.</i></p> <p><i>Os usuários devem ser pré-cadastrados de acordo com o quantitativo de licenças contratadas, sendo que somente estes terão acesso ao conteúdo da base de dados.</i></p>				

1.

1.1.

O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

1.2.

O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que a ausência de continuidade na prestação de serviço prejudicaria o andamento das atividades da Biblioteca Digital da ANTAQ, já que a não continuidade do contrato ocasionaria a não disponibilidade e a desatualização do acervo bibliográfico, sendo prejudicial para o andamento das atividades e funções do corpo técnico da Agência, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar. Além disso, faz-se obrigatório manter a eficiência dos serviços compartilhados e levar a informação e o conhecimento aos servidores e colaboradores da Agência no âmbito de suas atividades e funções.

1.3.

A presente contratação será direta por inexigibilidade, fundamentada na hipótese do art. 74, Inciso I, da Lei nº 14.133/2021, e adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global.

1.4.

O custo estimado total da contratação é de **R\$ 157.020,00 (cento e cinquenta e sete mil e vinte reais)**, conforme custos unitários apostos na tabela acima.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b' da Lei n. 14.133/2021).

1. A Fundamentação da Contratação e seus quantitativos encontram-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c')

1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd' da Lei nº 14.133/21)

1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:
 - 1.1. Financeiro: Por ser um serviço digital, atende um maior número de pessoas simultaneamente, sem a necessidade de adquirir exemplares de livros em meio físico;
 - 1.2. Ambiental: O formato eletrônico diminui o impacto ambiental causado pelo consumo de papel, de maneira a otimizar o uso de materiais e naturais.
 - 1.3. Social: O material digital agiliza o acesso à informação necessária ao desempenho das funções e atividades dos servidores e colaboradores, permitindo o acesso simultâneo a um maior número de pessoas, independentemente da localização física.
2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.
3. Não haverá exigência da garantia da contratação, nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21,
 - 3.1. Considerando a complexidade e a vultuosidade do contrato, verificou-se em torno da contratação baixo risco referente ao cumprimento das obrigações, optando-se por não haver garantia de execução.
4. A solução deverá estar em conformidade com a Lei 14.133/21;
5. Não se vislumbra transferência de tecnologia, pois o objeto da licitação tem a natureza de concessão de licença;
6. Apresentação da carta de exclusividade da Empresa Minha Biblioteca LTDA, atestando ser a fornecedora exclusiva da plataforma de e-books Minha Biblioteca;
7. Manutenção técnica da plataforma;
8. Atendimento telefônico ou online, com disponibilidade para atendimento 24 horas/dia e 7 dias /semana;
9. A implementação da ferramenta deve possibilitar o atendimento de todas as unidades da ANTAQ no território nacional, sendo acessíveis a todos os usuários da Rede Interna (intranet);

10. Acesso a conteúdo digital via WWW compatível com os principais navegadores de internet, tais como Internet Explorer, Mozilla Firefox, Google Chrome e Safari.
11. Acesso multiusuário e simultâneo, via integração pelo Sistema Sophia, sem necessidade de utilização de logins e senhas individuais para acesso aos conteúdos e funcionalidades contratadas.
12. Fornecimento de link de acesso a ser inserido na intranet da ANTAQ.
13. Possibilidade de acesso e leitura off-line aos usuários.
14. Funcionamento independentemente da localização do usuário (nas dependências da ANTAQ ou fora).
15. Provimento de recursos/serviços necessários para que o acesso seja viável sem a necessidade de nova autenticação, caso o link fornecido não funcione fora das dependências da ANTAQ.
16. Não será aceito como método de autenticação ou de controle de acesso a validação por IP de origem da ANTAQ.
17. Acesso ao conteúdo contratado na íntegra, sem limite na quantidade de documentos visualizados e sem restrição de consulta.
18. Atualização mensal do acervo, com inclusão de novos títulos e edições.
19. Interface responsiva (reflow) para qualquer navegador e dispositivos móveis.
20. Possuir recursos de acessibilidade a pessoas com deficiência e utilizável de maneira eficaz em conjunto com tecnologias adaptativas.
21. Possibilidade de impressão de pelo menos 15% do documento em formato DOC, PDF e HTML.
22. Organização de toda a publicação de acordo com as normas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ou por normas internacionais.
23. Permissão de citação prática (copiar e colar).
24. Exportação de referência bibliográfica segundo as normas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).
25. Possuir ferramentas de pesquisa que possibilitem consulta por autor, título, com refinamentos por conteúdo, publicação e autor, datas e alfabetação, com opção de impressão.
26. Disponibilização dos registros dos metadados das publicações em formato MARC (Machine Readable Cataloging), para importação com padrão AACR2, com os seguintes campos prioritários.
27. Fornecer mensal e anualmente relatório de disponibilidade do serviço e o relatório de acesso ao banco de dados para avaliação de usabilidade e utilidade, com os seguintes parâmetros: total de acessos por documento, por autor, download por documento (livro), assuntos mais pesquisados, entre outros, a serem ajustados com a área demandante da Contratante e por acordo entre as partes.
28. Descrição dos direitos, responsabilidades e limitações de uso do contratante.

5. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea “e” da Lei n. 14.133/2021).

1. O prazo de execução dos serviços será de **12 (doze) meses**, com **início no 2º semestre de 2023**, na forma que se segue:
 - 1.1. **O acesso à Plataforma Minha Biblioteca deverá ser liberado em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato. O acesso ficará disponível por 12 meses.**
2. A contratação poderá ser renovada por até 10 anos, sendo utilizado o **IPCA** como índice de correção anual para reajuste contratual.
3. Local de execução dos serviços:

- 3.1. Gerência de Gestão da Informação – GGI
4. Horário de execução dos serviços:
 - 4.1. O sistema terá funcionalidade de 24h por dia, 7 (sete) dias por semana, pelo período de 12 meses.

6. INFORMAÇÕES RELEVANTES

INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:
 - 1.1. A biblioteca mantém o propósito de poupar recursos financeiros destinados a atualização e manutenção do acervo da Biblioteca da ANTAQ. Assim, se faz obrigatório manter a eficiência dos serviços compartilhados e levar a informação e o conhecimento aos servidores e colaboradores da Agência no âmbito de suas atividades e funções;
 - 1.2. Atualização e manutenção do acervo bibliográfico da Agência em meio digital, de forma que os títulos e periódicos sejam plenamente utilizados pelos servidores e colaboradores da ANTAQ
 - 1.3. Diversificar o acervo bibliográfico da ANTAQ, proporcionando a eficiência nos gastos públicos, já que o custo de manutenção de um acervo digital é consideravelmente menor do que de um acervo físico;
 - 1.4. Promover maior alcance de usuários em meio digital, devido à possibilidade de acesso simultâneo e a qualquer tempo a todos os livros disponíveis no catálogo;
 - 1.5. Promoção de uma gestão do conhecimento eficiente, atualizada e compartilhada na Agência;
 - 1.6. Promover a transparência ativa na ANTAQ.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 1.

ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).
2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).
3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).
 - 3.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).
 - 3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).
4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou

incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

8. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).

9. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros (IN 5/2017, art. 44, §1º).

10. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

11. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

1. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

1.1. Caso a CONTRATADA deixe de prestar o serviço na sua totalidade, não fará jus ao valor previamente acordado e empenhado;

1.2. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis.

8. RECEBIMENTO

DO RECEBIMENTO

1. Os serviços serão recebidos **provisoriamente**, no prazo de **10 (dez) dias**, contado da data da assinatura do contrato pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.
2. O contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.
 - 2.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
 - 2.2. O Contratado fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
 - 2.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
3. No prazo supracitado para o recebimento provisório, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.
 - 3.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
 - 3.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
4. Os serviços serão recebidos **definitivamente** no prazo de **até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório**, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo as seguintes diretrizes:
 - 4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
 - 4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
 - 4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
5. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

PAGAMENTO

1. O pagamento será efetuado em parcela única, em até **30 (trinta) dias**, contados da apresentação da nota de fiscal.
2. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
 - 2.1. não produziu os resultados acordados;
 - 2.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
 - 2.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

REAJUSTE

1.

Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 11/07/2023.

2.

Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

3.

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

4.

No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

5.

Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.

Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.

O reajuste será realizado por apostilamento.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1. Permitir ao CONTRATANTE o uso da plataforma com 400 licenças (login e senha) com acesso on-line ilimitado às obras.
 - 1.1. Serão disponibilizadas adicionalmente para uso dos bibliotecários, 5% do total das licenças contratadas, sem ônus.
 - 1.2. A gestão/manutenção das licenças (substituições/exclusões), serão realizadas somente 1 (uma) vez por mês, conforme demanda do CONTRATANTE.
2. Garantir acesso às obras disponíveis na plataforma para os usuários pré-cadastrados, de acordo com o quantitativo de licenças contratadas, por meio de computadores conectados à Internet e por qualquer plataforma móvel (tablets, smartphones, notebooks através de login e senha).
3. Prover disponibilidade do sistema 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, com pleno funcionamento de todas as suas ferramentas.
 - 3.1. A CONTRATADA deverá providenciar a imediata correção das deficiências e falhas apontadas pelo CONTRATANTE quanto à execução dos serviços.
4. Fornecer ao CONTRATANTE todas as especificações técnicas, de infraestrutura e de sistemas necessárias para a integração da rede do CONTRATANTE com a plataforma Minha Biblioteca.
5. Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, qualquer irregularidade observada durante o fornecimento do material em questão bem como fato extraordinário ou anormal que venha a ocorrer durante a vigência do contrato, para adoção das medidas cabíveis e prestar os esclarecimentos necessários, atendendo de imediato as solicitações.
6. Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito e assim que obtiver ciência ou conhecimento, sobre qualquer impedimento ao uso ou inacessibilidade à Minha Biblioteca que permaneça ou possa permanecer em vigor por um período superior a 6 (seis) horas e envidar todos os esforços para sanar o problema.
7. Prover acesso a todas as obras disponíveis, bem como a todos os lançamentos do ano da assinatura (desde que autorizados através de contrato de direitos autorais), sem restrição de quantidade de acessos às obras disponíveis.
8. Manter a plataforma atualizada, disponibilizando novos conteúdos que sejam publicados e/ou atualizados pelas editoras e autorizados pelos autores via contrato de direitos autorais, sem ônus para o CONTRATANTE, podendo alterar, inserir ou excluir conteúdo da Base de Dados por justo motivo ou caso ocorra a perda, total ou parcial, pela Minha Biblioteca, do direito de disponibilização de alguma obra junto a seus autores/titulares de direitos.
9. Encaminhar, no mês de novembro do ano da contratação, listagem com informações das obras que serão retiradas da plataforma em 31 de janeiro do ano subsequente. As retiradas das obras fora deste período pelo motivo de não renovação de contrato entre autores e editoras, serão informadas com 30 (trinta) dias de antecedência da sua retirada.
10. Disponibilizar links individualizados para cada obra, de forma que cada livro (ou similar) possa ser acessado diretamente através de uma URL exclusiva.
11. Fornecer acesso aos índices e/ou outros documentos vinculados as publicações oferecidas.

12. Respeitar a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/2018) em todos os seus termos e condições, em especial, no tocante ao presente contrato, obrigando-se a exigir o respeito desta lei por seus funcionários e fornecedores.
13. Não transferir a outrem, no todo ou em parte as obrigações assumidas no presente instrumento.
14. Disponibilizar ao CONTRATANTE login e senha para emissão dos relatórios de acesso, através da plataforma Analyze.
 - 14.1. O login e senha serão de uso exclusivo dos gestores da contratação ou de equipe da biblioteca do CONTRATANTE designada para controle de acesso à plataforma.
15. Introduzir dispositivos ou ferramentas de controle, segurança ou gerenciamento de direitos nas Obras ou na Base de Dados, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo durante o prazo deste Contrato e independentemente de notificação ao CONTRATANTE.
16. Dar suporte técnico ao CONTRATANTE, das 8h (oito horas) às 18h (dezoito horas), de segunda-feira a sexta-feira, quando for solicitado, sobre questões técnicas da plataforma assinada e envidar esforços comercialmente razoáveis para a solução de tais problemas.
 - 16.1. O atendimento e o suporte técnico à plataforma deverão ser realizados por meio de telefone, e-mail ou por plataforma de atendimento eletrônico disponibilizado pela CONTRATADA, em língua portuguesa, para sugestões /reclamações de alteração/melhoria, esclarecimentos de dúvidas, orientações e ajuda na utilização da plataforma Minha Biblioteca. O atendimento será prestado em horário comercial com início em até 24 (vinte e quatro) horas após a solicitação.
17. Garantir treinamentos gratuitos durante o período de vigência do contrato por meio de webinar disponibilizados pela CONTRATADA para fins de utilização da plataforma tecnológica contratada, ou por videoconferências previamente agendadas entre a CONTRATADA e o CONTRATANTE.
18. Respeitar o Código de Ética e Integridade da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ.
19. As obras bem como a tecnologia usada para a aplicação da plataforma da CONTRATADA são de propriedade intelectual da CONTRATADA e estão sujeitas às normas de direitos autorais e propriedades vigentes;
20. Em caso de interrupção total de acesso à plataforma Minha Biblioteca por rescisão antecipada do Contrato, fica a Contratada obrigada a restituir o valor antecipado proporcionalmente ao objeto não executado. Para tanto, o valor mensal é de R\$11.085 (onze mil e oitenta e cinco reais), calculado a partir do valor total da contratação dividido pelo número de meses da assinatura da plataforma de livros digital.
21. Cabe às partes respeitarem a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/2018) em todos os seus termos e condições.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

1. Atender às especificações técnicas de infraestrutura, de sistema, de segurança fornecidas pela CONTRATADA.
2. Providenciar a integração da rede do CONTRATANTE com a plataforma MINHA BIBLIOTECA, de acordo com as instruções fornecidas pela CONTRATADA.
3. Testar o acesso à Base de Dados da MINHA BIBLIOTECA, antes de disponibilizar acesso aos Usuários.

4. Atender as demandas entre os usuários e a CONTRATADA, e repassar à CONTRATADA, pelo “Sistema de Atendimento” da MINHA BIBLIOTECA, somente os casos de problemas no conteúdo da Base de Dados ou problemas que fogem a alçada do CONTRATANTE.
5. Incluir em rede interna link de acesso à plataforma Minha Biblioteca, de forma que os usuários cadastrados acessem por meio de senha.
6. Orientar os “Usuários Cadastrados” sobre a forma correta de utilização da plataforma e o bom uso das obras, orientando-os a NÃO reproduzir, copiar, modificar, imprimir, distribuir, enviar, gravar, salvar, armazenar, deturpar, remover controles ou circular qualquer obra contida na plataforma, no todo ou em parte, salvo em uso regular de trabalho e respeitando as normas de direitos autorais e outra.
7. Informar à CONTRATADA, por escrito, no prazo máximo de 72h (setenta e duas horas) a contar do conhecimento do fato pelo CONTRATANTE, sobre qualquer uso não autorizado ou violação de direitos de propriedade intelectual em relação à plataforma ou às Obras nela incluída.
8. Interromper ou suspender o acesso à plataforma Minha Biblioteca a qualquer Usuário que a CONTRATADA comprove que esteja envolvido em uma violação ou tentativa de violação de direitos de propriedade intelectual da CONTRATADA ou de seus licenciados, no prazo máximo de 72h (setenta e duas horas) a contar do conhecimento do fato pelo CONTRATANTE mediante solicitação da CONTRATADA.
9. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitir o acesso de representantes, prepostos ou empregados da CONTRATADA às dependências da CONTRATANTE, observadas as normas de segurança institucional.
10. Concordar com a divulgação, gratuita, durante a vigência do presente contrato, do nome e marca do órgão por meio de materiais institucionais impressos, mas não restritos a propostas comerciais da CONTRATADA; materiais digitais e mídias eletrônicas, tais como apresentações digitais, redes sociais, vídeos, e “site” da CONTRATADA; e materiais e ações publicitárias diversas, desde que previamente analisados/autorizados pela Administração.
11. Dar conhecimento aos usuários do sistema, antes do cadastramento de login/senha, das disposições constantes da Cláusula Décima Sexta do ajuste, relacionada à observância da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (Lei 13.709/2018).
 - 11.1. A CONTRATANTE deverá fornecer à CONTRATADA um ID (identificador), que pode ser um e-mail do usuário ou um ID especificamente para este fim, e um nome com sobrenome para efetuar o cadastro dos “usuários cadastrados”.
 - 11.2. Os dados fornecidos não ficarão armazenados nos servidores da CONTRATADA, mas sim nos servidores dos fornecedores acima citados ou, eventualmente, de outros que os substituírem;
12. Comunicar à CONTRATADA:
 - 12.1. O término de vigência da licença relativa a cada usuário para que a CONTRATADA possa solicitar aos seus fornecedores a exclusão dos dados, ou,
 - 12.2. Eventual pedido de retificação efetuado pelos usuários;
 - 12.3. Caso a Contratante opte por fornecer dados reais dos usuários, obriga-se ela a obter a prévia concordância deles e/ou de seus responsáveis, no caso de menores, por escrito, com relação a esta cessão e ao fato de que os dados serão transmitidos a estes dois fornecedores;
13. Ficam as partes obrigadas a zelar pela segurança dos dados dos usuários cadastrados;
14. É vedada ao CONTRATANTE a contratação, em casos excepcionais de dispensa ou inexigibilidade de licitação, de pessoa jurídica da qual sejam sócios cônjuge,

companheiro ou parente em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros ou juízes vinculados, ou servidor investido em cargo de direção e de assessoramento, conforme artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 07/2005 do CNJ

15. É vedada ao CONTRATANTE a contratação, a qualquer título, de empresas privadas que tenham em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.

11. SANÇÕES E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

SANÇÕES E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATADA que:

- 1.1. a) der causa à inexecução parcial do objeto;
- 1.2. b) der causa à inexecução parcial do objeto que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 1.3. c) der causa à inexecução total do objeto;
- 1.4. d) deixar de entregar a documentação exigida;
- 1.5. e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 1.6. f) não executar o objeto ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 1.7. g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 1.8. h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida;
- 1.9. i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução objeto;
- 1.10. j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 1.11. k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- 1.12. l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- 2.1. Advertência, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do objeto, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- 2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- 2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

2.4. Multa:

- 2.4.1. (1) moratória de 0,8% (oito décimos) - (ESPECIFICAR A MULTA 0,5% A 30%) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.
- 2.4.2. (2) moratória de 0,8% (oito décimos) - (ESPECIFICAR A MULTA 0,5% A 30%) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do objeto, até o máximo de 24% (vinte e quatro por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

- 2.4.2.1. O atraso superior a trinta dias autoriza a Administração a promover a rescisão do objeto por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- 2.4.3. compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do objeto, no caso de inexecução total do objeto;
3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à CONTRATANTE (art. 156, §9º).
4. Todas as sanções previstas neste TR poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).
- 4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).
- 4.2. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa da CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):
- 6.1. a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 6.2. b) as peculiaridades do caso concreto;
- 6.3. c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 6.4. d) os danos que dela provierem para a CONTRATANTE;
- 6.5. e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)
8. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste objeto ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).
9. A CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).
10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei n. 14.133/2021)

1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de **procedimento de inexigibilidade de licitação**, com fundamento na hipótese do art. 74, Inciso I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comerciais exclusivos, da Lei n.º 14.133/2021.
2. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:
 - 2.1. a) SICAF;
 - 2.2. b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis); e
 - 2.3. c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
4. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
6. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.
7. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
8. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.
9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
10. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
11. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
12. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:
13. **Habilitação Jurídica:**
 - 13.1. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: *inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.*

13.2. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

14. Habilitações fiscal, social e trabalhista:

14.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

14.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

14.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

14.4. declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

14.5. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

14.6. prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

14.6.1. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

14.7. prova de regularidade com a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

14.7.1. caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

CAROLINA BATISTA PAZ

Analista Administrativo



Assinou eletronicamente em 16/08/2023 às 15:12:28.

TATIANE MARTINS DA SILVA BOHNERT

Gerente de Gestão da Informação



Assinou eletronicamente em 16/08/2023 às 16:39:54.